

SUPOSTOS ABUSOS SEXUAIS DE RECLUSAS

Suspensa direcção da cadeia feminina



A DIRECÇÃO do Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres, antiga Cadeia Feminina de Ndlavela, foi suspensa até à conclusão dos trabalhos de investigação sobre os alegados casos de exploração sexual de reclusas.

Dados em poder do “notícias” indicam que a medida visa garantir que a comissão de inquérito, criada quarta-feira, possa trabalhar sem qualquer interferência dos membros de direcção deste estabelecimento. Entretanto, a suspensão não abrange os guardas prisionais, que continuam com a missão de garantir a segurança do recinto prisional.

A comissão de inquérito deverá apresentar, até ao dia 30 deste mês, um relatório minucioso e isento sobre todos os factos ocorridos e propor possíveis sanções aos promotores dos supostos casos de abusos sexuais denunciados esta semana pelo Centro de Integridade Pública (CIP).

A provar-se os factos descritos pelo CIP, medidas disciplinares e criminais serão tomadas contra os envolvidos, incluindo os clientes, segundo garantias dadas pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Kida, no final da sua visita de trabalho a este estabelecimento de reclusão feminina.

Refira-se que a comissão de inquérito, liderada pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, integra o Ministério Público, Serviço Nacional de Investigação Criminal, Serviço Nacional Penitenciário, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, Associação de Mulheres de Carreira Jurídica, Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Ordem dos Advogados de Moçambique e grupo de psicólogos para preparar e ajudar na interacção com as reclusas.

Ontem o “notícias” apurou que, para além destes membros, a comissão de inquérito integrará ainda técnicos do Ministério da Saúde que irão avaliar questões relacionadas com o estado de saúde das supostas reclusas forçadas a envolver-se na prostituição.

O Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo em Ndlavela acolhe 97 reclusas.

Recorde-se que na sua investigação o CIP refere que os guardas prisionais forçam mulheres reclusas a sair da cadeia para se prostituírem. Por cada reclusa entregue a um cliente recebem pagamento no valor que varia de três a trinta mil meticais.

Segundo a denúncia, os clientes são, geralmente, pessoas bem posicionadas na sociedade. As reclusas usadas na rede de prostituição recebem tratamento privilegiado na cadeia e as que se recusam a aderir à rede são seviciadas, acabando a maioria por ceder.

<https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/2018-05-04-10-20-41/102496-supostos-abusos-sexuais-de-reclusas-suspensa-direccao-da-cadeia-feminina>